

**Parecer nº 175/98**

Data: 1998.12.16

Processo nº 430

**Requerente:** Fundação para a Ciência e Tecnologia.

**I**

À Fundação para a Ciência e a Tecnologia compete, ao abrigo de um contrato-programa celebrado com o Gestor do Subprograma «Ciência e Tecnologia», do Programa Operacional «Bases de Conhecimento e Inovação» integrado no Quadro Comunitário de Apoio II, conceder bolsas de investigação que se traduzam na execução da Medida 4 do referido programa - Formação Avançada de Recursos Humanos.

A decisão de concessão ou recusa da bolsa, a cargo de uma comissão de avaliadores e sujeita a homologação ministerial, é antecedida de um procedimento de concurso entre as várias candidaturas que culmina com um juízo de classificação do mérito científico do «curriculum» do candidato, do programa de trabalhos apresentado e da instituição de acolhimento. Os candidatos a quem é recusada a bolsa podem apresentar reclamações e recursos administrativos, bem como recorrer contenciosamente junto dos tribunais administrativos.

A propósito de um pedido formulado por um candidato a quem foi recusada a bolsa, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia pretende agora saber se pode ou deve permitir a consulta dos processos individuais de terceiros, opositores no mesmo concurso. No momento encontra-se pendente um recurso contencioso de anulação interposto pelo candidato sem que, entretanto, o Tribunal tenha chegado a pronunciar-se sobre o carácter público ou confidencial dos dados em causa.

## II

O processo individual de cada candidato pode, de facto, integrar alguns documentos nominativos referentes a essa pessoa. Basta olhar para o conjunto de documentos de entrega obrigatória pelo candidato (o seu «curriculum vitae», o programa de trabalhos a desenvolver, a identificação da instituição de acolhimento e do orientador ou responsável pela equipa onde se desenvolve a actividade do candidato, o «curriculum vitae» do orientador ou responsável, documentos comprovativos de outros proventos a auferir pelo candidato durante o período da bolsa) e para o facto de aquele acervo incluir também cartas de referência, contendo juízos apreciativos sobre os candidatos e a sua actividade, entregues por pessoas de reconhecido mérito que trabalham na mesma área científica ou tecnológica.

Na medida em que alguns desses documentos veiculam informações sobre a reserva da intimidade da vida pessoal dos candidatos, bem como apreciações ou juízos de valor sobre as suas pessoas ou actividades (os juízos apreciativos das cartas de referência, alguns aspectos da vida privada referidos nos «curricula», eventuais informações sobre a situação patrimonial, financeira ou tributária que apresentem conexão com a reserva da vida pessoal do candidato) não pode a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, em princípio, facultar o acesso integral, através de consulta directa, aos respectivos processos individuais. Note-se, porém, que a fundamentação das decisões públicas de recusa ou de concessão das bolsas, por muitos juízos de valor que contenha sobre os seus destinatários, não transforma o respectivo suporte documental num documento nominativo. Estas decisões, incluindo a respectiva fundamentação, devem ser integralmente transmitidas ao requerente.

Contudo, o acesso do requerente ao conteúdo integral dos referidos documentos nominativos dos outros candidatos é possível se, de acordo com os artigos 7º, nº 2 e 8º, nº 3 da Lei nº 65/93, fizer acompanhar a invocação do seu interesse directo e pessoal de um parecer favorável desta Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos. Trata-se, nestes casos, de uma condição necessária para o acesso a documentos que contenham dados pessoais de terceiros.

Ora é de entender que, neste caso, atendendo à especial posição processual do requerente - recorde-se que se encontra pendente um recurso contencioso interposto pelo candidato requerente -, a pretensão de acesso deve ter preferência sobre os aspectos ligados à protecção da reserva da intimidade da vida privada. Tanto mais que estes aspectos (juízos laudatórios constantes de cartas de referência, indicação de fontes de rendimento dos candidatos) só marginalmente incidem sobre aquela reserva.

### III

Em conclusão, esta Comissão considera que no caso concreto o requerente possui um interesse directo e pessoal no acesso aos processos individuais dos vários candidatos, pelo que o seu parecer é no sentido de caber à Fundação para a Ciência e a Tecnologia o poder-dever de facultar tal acesso.

Lisboa, 16 de Dezembro de 1998.

*Vasco Almeida (Relator) - José Magalhães - Silva Marques - Narana Coissoró - João Figueiredo - Francisco de Brito - José Renato Gonçalves - Branca do Amaral - Castro Martins (Presidente)*